

Referências bibliográficas

AB'SÁBER, A. N. Por um conceito de geomorfologia a serviço da pesquisa do quaternário. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 18, 1969.

BRAGA, R. Raízes da questão regional no estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira. **AGETEO**, Rio Claro, n.4, 1999.

MIALL, A. **The Geology of fluvial deposits: sedimentary facies, basin analysis, and petroleum geology**. Berlim: Springer Verlag, 1996.

PETRONE, P. O homem paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1965.

RELAÇÕES ENTRE A URBANIZAÇÃO E AS ÁREAS VERDES NA GRANDE SANTIAGO, CAPITAL ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA DO CHILE, PARA O PERÍODO 1990 A 2010¹

Maico Diego Machado

maicod.machado@gmail.com

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: áreas verdes, valorização, Santiago.

Introdução

A atual forma de ocupação urbana denominada urbanização dispersa (REIS FILHO, 1998; SPÓSITO, 2001) trata-se de uma tendência mundial, porém, é um fenômeno que ainda começa a ser estudado. Nessa nova fase da urbanização, novos bairros surgem distantes do centro da cidade e se espalham em diferentes formas. Diferentemente do processo de periferação de ocupações em áreas perimetrais contíguas à malha urbana, essa ocupação se inicia em bolsões urbanos, voltados tanto para classes de baixa renda, conformando favelas, quanto para a população de alta-renda, que passa a habitar condomínios fechados de alto-padrão.

¹ Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) com duração de 08/2010 a 07/2011.

Segundo os autores Reis Filho (1998) e Spósito (2001), o fenômeno da urbanização dispersa está diretamente associado à atual fase contemporânea, a da globalização da economia. Fase essa em que, sob o ponto de vista geográfico, acirra-se a segregação sócio-espacial e em que a natureza, cada vez mais rara, torna-se privatizada, mercantilizada e apropriada por estratos sociais economicamente elevados. É assim que áreas verdes, principalmente fragmentos florestais (CISOTTO, 2009) e suas características físicas naturais e construídas estão sendo apropriados pelo mercado imobiliário. Há assim, uma estreita relação entre a urbanização dispersa e a mercantilização da natureza, do meio físico natural, resultando em uma segregação sócio-espacial e ambiental nas regiões metropolitanas.

A realização de estudos de levantamento de áreas verdes no perímetro urbano se faz fundamental na percepção das novas demandas de mercado especulativo imobiliário. Também se atrela aos estudos de planejamento territorial visando à identificação e compreensão dos novos modelos de Cidade, que contemplam uma nova carga de recursos e demandas de consumo. O espaço urbano, ganhando ainda mais valor agregado fixado por uma nova construção da cidade, onde a

natureza volta a ser importante (do ponto de vista presencial), desta feita como produto de consumo urbano.

A especulação imobiliária que envolve o discurso urbano é geradora de profundas distorções espaciais, uma vez que viabiliza a segregação a partir da valorização territorial, fortalecida pela presença do objeto raro que é a natureza em seu aspecto físico. Henrique chama a atenção para o problema:

Criam-se (...) nichos de mercado, os quais são explorados a partir da mobilização dos desejos humanos e na sua pseudoexclusividade, isto é, negando seu acesso a todas as pessoas. Do ponto de vista geográfico, definem-se territórios excludentes, que vendem desde a idéia de natureza até a de segurança (HENRIQUE, 2006, p. 67).

O meio ambiente urbano passa a ser um produto muito visado no setor imobiliário.

O planejamento urbano deve passar pela análise da relação entre as áreas verdes e a forma de urbanização, ou seja, do uso do solo urbano, uma vez que o crescente processo de valorização diferencial da terra vem tendo uma importante função alteradora do discurso no planejamento urbano. Na cidade específica de Santiago, segundo dados do Ministerio del Medio Ambiente do Chile², o número de áreas verdes é de aproximadamente 2686 públicas e 2625 privadas (década de

² Que englobou o extinto CONAMA Chile.

2000), que equivalem a 2,5% da área urbana consolidada. Considerando estes índices, cada santiaguino possui em média 5,7 m² de área verde.

A valorização da chamada qualidade de vida, do retorno a natureza é, por sua vez, parte do discurso atual de planejamento urbano-ambiental. Ainda conforme Henrique (2006, p. 66): “(...) A reaproximação ou um ‘reencanto’ do mundo urbano ocidental pela natureza, ou melhor, por uma idéia, dá-se num padrão de natureza moldado pelos interesses capitalistas”. A escolha do período de análise (1990-2010) se dá, portanto, pelo fato de representar o início cronológico da globalização e abarcar uma análise até a atualidade, conjuntamente com todas as suas consequências sociais e ambientais.

O ponto central do projeto é espacializar e discutir a evolução das áreas verdes na Grande Santiago. Através do uso do *software* ArcGis³ e de visitas de campo, será elaborado um mapeamento das áreas verdes na região metropolitana e tipificadas as formas urbanas que circundam esses recortes. Analisando este processo na Grande Santiago pretende-se oferecer subsídios para uma análise de planejamento urbano-

³Software de geoprocessamento de dados espaciais, espacialização de dados geográficos.

ambiental condizente com uma perspectiva de inclusão social da qualidade ambiental e da contenção do processo de pressão ambiental, causado pela refuncionalização do verde: de valor de uso para valor de troca. Os mapas serão elaborados e comparados visando gerar subsídios úteis ao planejamento e a gestão de espaços geográficos passíveis de comparação com o local estudado.

Localização da área de estudo

A Grande Santiago está situada à latitude 33° 26' 16''S e longitude 70° 39' 01''W, no vale central chileno ao lado da Cordilheira dos Andes, uma região metropolitana, incluindo a capital Federativa Santiago, composta por 26 comunas (municípios) de maneira íntegra e 11 de maneira parcial, num total de 37 que contam com cerca de 5,5 milhões de habitantes, e que se estende por uma área de 641,4 km². Encontra-se em sua maior parte na Província de Santiago, com algumas partes de sua periferia dentro das províncias de Maipo, Cordillera e Talagante.

Metodologia

Partindo de um trabalho analítico e descritivo (NEVES, 2007), faremos uso, para a elaboração dos mapas, e com elaboração de layout no ArcGis, das áreas verdes e novos

loteamentos formados entre 1990 e 2010, que preferencialmente acompanhem os grandes eixos viários.

Além disto, serão espacializados os dados de população e renda da população, que posteriormente serão cruzados com os dados de áreas verdes, para que com isto possamos observar se há de fato uma correlação entre densidade populacional e renda com as áreas verdes de uso público, como colocada por Henrique (2006).

Serão realizadas visitas de campo a fim de verificar as localizações e proporções das áreas verdes e analisar o entorno urbano. Nesse trabalho de campo, também serão realizadas entrevistas com a população local para verificar o grau de satisfação da mesma quanto às áreas verdes e assim poderemos verificar o grau de satisfação da população e a sua vivência em relação às áreas verdes.

Resultados

A pressão exercida pelos altos preços das residências nas áreas centrais leva a população a um deslocamento em direção as periferias através das principais vias. O solo urbano passa a ser definido/ocupado em função das articulações com a totalidade do espaço ao qual está inserido. Partindo dessa ideia, o solo urbano enquanto mercadoria tem um valor que se expressa através da localização, papel e grau de inter-relação

com o espaço global produzido (CARLOS, 2001). Para George (1986), na América, a situação das cidades é resolvida de maneira sumária: a cidade vai sendo feita e desfeita continuamente, tanto em escala de bairros como em escalas de parcelas edificadas, o que nos proporciona uma visão de panoramas heterogêneos. Novas áreas surgem como espaços urbanos, mas, também em Santiago, algumas áreas já consolidadas como urbanas vêm sendo condicionadas a esta nova dinâmica de consumo do verde urbano.

Considerações finais

Neste período de 1990 a 2010 as áreas verdes, principalmente em metrópoles como Santiago possuem diversas funções, ou recebem um sentido de raridade, provocada por sua escassez no espaço urbano. O intenso crescimento das áreas urbanizadas vem provocando profundas modificações na paisagem com conseqüente comprometimento do meio físico. O crescimento vertical e o crescimento horizontal com o esgarçamento da malha física, no contexto da urbanização dispersa, incorporam novas áreas, degradando a qualidade dos recursos naturais e das áreas verdes nativas. Tal crescimento direcionado pelas vias de acesso provoca uma pressão sobre a natureza pré-existente, que, incorporada pelos agentes de produção do espaço, neste

caso, o mercado imobiliário de Santiago, vem se tornando uma grande fonte de valorização das terras urbanas e de expansão do espaço urbanizado para pontos mais distantes do centro, a periferia.

Referências bibliográficas

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CISOTTO, M. F. **Natureza e cidade**: relações entre os fragmentos florestais e a urbanização em Campinas – SP. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GEORGE, P. **Os métodos da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1986.

LENCIONI, S. Impasses da Gestão metropolitana nas regiões de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. X Colóquio Internacional de Geocrítica. **Anais...** Barcelona, 2008.

NEVES, S. M. A. da S. *et al.* **Mapeamento e quantificação do uso da terra e cobertura vegetal do Pantanal de Cáceres-MT, Brasil, através de imagens de sensoriamento remoto e pesquisa de campo**. São Paulo, 2007.

HENRIQUE, W. A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. **Geosp** – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 20, p. 65-77, 2006.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

REIS FILHO, N. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

AS ÁREAS VERDES URBANAS COMO ESPAÇO PÚBLICO

Mariana Ferreira Cisotto

mariana.cisotto@ige.unicamp.br

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: estética urbana, parque público, qualidade de vida, urbanização dispersa.

Resumo

No presente artigo tratamos da natureza nas cidades com um olhar sobre as áreas verdes como espaços públicos de socialização e como nova raridade utilizada pelo mercado imobiliário. Tendo como hipótese a urbanização dispersa, olhamos para a forma de incorporação de novas áreas verdes ao tecido urbano tratando da importância da apropriação social das áreas verdes urbanas.

Introdução

No padrão de ocupação urbana, caracterizado como difuso e espraiado (SPÓSITO, 2001), exige-se cada vez mais áreas que antes estavam alheias ao processo de expansão urbana. Esse novo padrão de ocupação urbana, somado ao crescimento demográfico gera demanda por novas áreas para habitações, para suprir a crescente demanda alimentar e para